



v. 10, n. 3 – 2021 – ISSN 2316-395X

Uso de maquetes táteis para o conhecimento do patrimônio: análise de uma experiência turística inclusiva em Pelotas/RS

Using tactile models to get to know heritage: analysis of a comprehensive tourism experience in Pelotas (RS), Brazil

La utilización de maquetas táctiles para el conocimiento del patrimonio: análisis de una experiencia turística inclusiva en la ciudad de Pelotas (RS), Brasil

Dalila Müller¹
Fabíula Colatto Rosso²

Recebido em: 15/12/2020
Aceito para publicação em: 27/4/2021

¹ Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do curso de Bacharelado em Turismo e do Programa de Pós-Graduação em História.

² Graduada em Turismo pela UFPel. Colaboradora do Projeto Modela Pelotas V, membro da Comissão Organizadora do I Encontro Olho de Sogra – Acessibilidade, Turismo e Cultura se Encontram Aqui e turismóloga responsável pelo desenvolvimento turístico do Consórcio Rota do Yucumã.

Resumo: Este texto apresenta as análises desenvolvidas durante uma experiência de utilização de maquetes táteis por pessoas com deficiência visual, buscando verificar a adequação do seu uso para o conhecimento do patrimônio cultural edificado, contribuindo assim para uma atividade turística inclusiva. A atividade foi realizada com duas pessoas deficientes visuais que manusearam maquetes táteis do Grande Hotel de Pelotas, em Pelotas (RS), acompanhadas de audiodescrição, com informações dos aspectos arquitetônicos e a descrição histórica do prédio. A pesquisa demonstrou a importância do uso de maquetes táteis associado à audiodescrição para o acesso ao conhecimento do patrimônio cultural edificado por pessoas com deficiência visual. A pessoa com deficiência tem direito ao acesso a bens culturais e patrimoniais em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. Portanto, este trabalho ressalta a relevância de políticas públicas que visam promover o acesso ao conhecimento do patrimônio edificado por pessoas deficientes visuais, com vistas ao turismo inclusivo.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico; maquetes táteis; turismo inclusivo.

Abstract: This paper presents the analysis performed during the use of tactile models by visually impaired people, to verify the appropriateness of its use in order to get to know cultural heritage buildings, contributing thus to inclusive tourism. The activity was carried out with two visually impaired people who handled tactile models of Grande Hotel de Pelotas, in Pelotas, RS, Brazil, accompanied by audio description, with information from the architectural aspects of the building and its historical description. Research has shown the importance of using tactile models associated with audio description to access knowledge about cultural heritage built by people with visual impairments. The disabled person is as entitled to cultural and heritage assets as any other person. This paper highlights the importance of public policies to promote access to the heritage buildings by visually impaired people, with a view to a comprehensive tourism.

Keywords: architectural heritage; tactile models; inclusive tourism.

Resumen: Este artículo presenta los análisis realizados durante una experiencia de utilización de maquetas táctiles por personas con discapacidad visual y buscó verificar la adecuación de su uso para el conocimiento del patrimonio cultural edificado, contribuyendo para una actividad turística inclusiva. La actividad ocurrió con dos personas discapacitadas visuales que manipularon maquetas táctiles del Grande Hotel de Pelotas, Pelotas (RS), Brasil, acompañadas de la audiodescripción de informaciones sobre los aspectos arquitectónicos del edificio, así como de su contexto histórico. La investigación demostró la importancia de la utilización de maquetas táctiles asociada a la audiodescripción para el acceso al conocimiento del patrimonio cultural edificado por personas con discapacidad visual. La persona discapacitada tiene derecho a acceder a bienes culturales y patrimoniales en igualdad de oportunidades con los demás. Por lo tanto, este trabajo enfatiza la importancia de políticas públicas que se propongan a promover el acceso al conocimiento del patrimonio edificado por personas discapacitadas visuales, con el objetivo de un turismo inclusivo.

Palabras-clave: patrimonio arquitectónico; maquetas táctiles; turismo inclusivo.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve o intuito de fazer algumas reflexões a respeito do acesso ao conhecimento por parte das pessoas com deficiência visual. Pela ampla abrangência desse contexto, o foco do presente estudo está voltado para o acesso ao conhecimento do

patrimônio edificado da cidade de Pelotas (RS), mais especificamente do Grande Hotel de Pelotas, por meio da utilização de maquetes táteis.

As maquetes táteis utilizadas nesta pesquisa são representações miniaturizadas do patrimônio arquitetônico, produzidas com impressora tridimensional (3D) em material resistente ao manuseio tátil. Essas miniaturas possibilitam conhecer esse patrimônio por parte das pessoas deficientes visuais e também destacar elementos que normalmente passam despercebidos quando o objeto original é observado, como, por exemplo, a cúpula situada no topo do Grande Hotel de Pelotas.

A escolha do prédio do referido hotel para o desenvolvimento da pesquisa se deu pela sua importância para a história da cidade, considerado por muitos símbolo do espírito progressista, de civilização e de cultura da sociedade pelotense à época da sua construção (SANTOS, 2007). Além disso, as maquetes táteis do Grande Hotel de Pelotas, incluindo os modelos detalhados e ampliados da sua cúpula, já haviam sido desenvolvidas pelo Projeto Modela Pelotas, idealizado pelo Grupo de Estudos de Ensino/Aprendizagem de Gráfica Digital (Gegradi), ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, sob a coordenação da professora Adriane Borda Almeida da Silva.

Vale a ressalva de que a ideia de restaurar os prédios históricos da cidade está diretamente relacionada à importância histórica e à riqueza arquitetônica que eles apresentam. Dessa forma, o acesso a esses patrimônios é direito de todos os cidadãos, sem distinção e independentemente das suas particularidades.

Dos prédios situados no entorno da Praça Coronel Pedro Osório que foram contemplados pelas obras de restauro do Projeto Monumenta, apenas dois deles receberam intervenções acessíveis (casarão 6 e casarão 8) e basicamente voltadas para cadeirantes. Esse fato mostra que a parcela de pessoas com algum tipo de deficiência parece não ser considerada como possíveis usuários desses espaços culturais, apesar de existir no Brasil mais de 45,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, ou seja, 23,9% da população, segundo os dados do censo demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Entre as pessoas com deficiência, a deficiência visual foi a mais apontada: cerca de 6,5 milhões de pessoas declararam ter deficiência visual, sendo 582 mil cegas, e seis milhões baixa visão (IBGE, 2010).

O direito de acesso a bens culturais e patrimoniais pelas pessoas com deficiência é citado na Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e assegura em seu Capítulo IX, Art. 42.º:

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I – a bens culturais em formato acessível; II – a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e III – a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. [...] § 2.º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 2015).

Acredita-se que estudos como este são relevantes, pois instigam a utilização de novos métodos e instrumentos tendo como objetivo a busca por diferentes formas de proporcionar o acesso ao conhecimento. Aqui, são empregadas maquetes táteis, as quais são ferramentas que possibilitam a garantia do direito de acesso à cultura, como mencionado na lei supracitada, porque permitem que as pessoas com deficiência visual conheçam ou até mesmo reconheçam os patrimônios arquitetônicos pelo tato.

Com base no exposto, pretendeu-se analisar a contribuição do uso de maquetes táteis por pessoas com deficiência visual para o acesso ao conhecimento do patrimônio edificado de Pelotas, especificamente do Grande Hotel de Pelotas, visando a uma atividade turística inclusiva.

Silva, Santos e Paashaus Neto (2016), tendo em vista as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), definem maquetes táteis como “um instrumento de acessibilidade comunicacional que se caracteriza por réplicas em escala reduzida utilizadas para transmissão de informações sobre ambientes, detalhes construtivos e peças de museus, aquários, zoológicos e outros” (SILVA; SANTOS; PAASHAUS NETO, 2016, p. 3).

Essa análise está baseada em uma atividade realizada no prédio do Grande Hotel de Pelotas (Figura 1), localizado no centro histórico pelotense, com duas pessoas com deficiência visual. Todas as etapas da ação, que envolveu entrevistas com as pessoas deficientes visuais, experimentação com as maquetes táteis e a audiodescrição, mediação sobre os fatos históricos e curiosidades do hotel, visita ao interior e ao exterior do prédio, foram gravadas em áudio e vídeo e fotografadas. Os registros foram feitos com a devida autorização, concedida de forma oral pelos participantes.

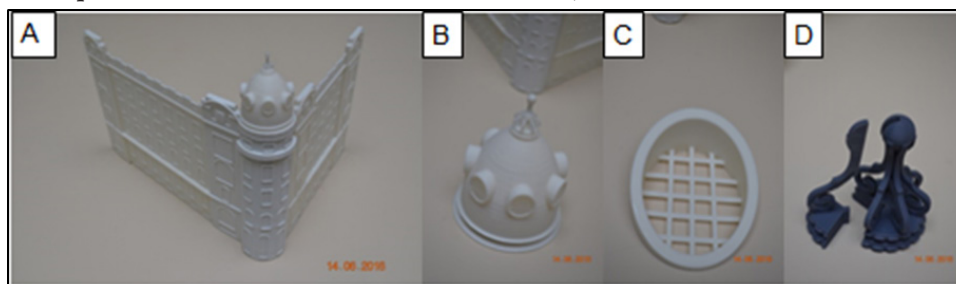
Figura 1 – Vista externa do prédio do Grande Hotel de Pelotas, em Pelotas/RS



Fonte: primária (2016)

As maquetes táteis utilizadas para este estudo (Figura 2) foram elaboradas pelo Gegradi.

Figura 2 – Maquetes táteis do Grande Hotel de Pelotas, em Pelotas/RS



Fonte: primária (2016)

A Figura 2A simula as duas fachadas do hotel. Nela estão destacados a quantidade de janelas e os formatos que elas apresentam. Também estão representados as gateiras do porão, os frontões (que no prédio original mostram as iniciais GH, de grande hotel) e a cúpula. A Figura 2B é um modelo ampliado da cúpula, possibilitando maior detalhamento da sua estrutura, das janelas e de seu coroamento. A Figura 2C é o esquema apenas da janela da cúpula, e a Figura 2D, a representação do coroamento. Nesse último modelo é possível desencaixar uma das sete estruturas que compõem a forma.

O manuseio das maquetes foi acompanhado pela audiodescrição, que abordou características arquitetônicas do prédio, como a quantidade de janelas existentes em cada uma das fachadas, aspectos referentes à geometria da cúpula, quantidade de janelas nesta presente e o seu formato.

Para que as maquetes táteis possam oferecer uma experiência mais detalhada e enriquecedora, é interessante que elas sejam acompanhadas da audiodescrição. Essa ferramenta “é uma atividade de mediação linguística [...] que transforma o visual em verbal”, ou seja, “é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em [...] peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais” (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 11). Segundo Queiroz e Ono (2015, p. 2), a audiodescrição “é a narração descritiva, clara e objetiva, de todas as informações do espaço compreendidas visualmente”. Dessa forma, ela é responsável por detalhar os aspectos visuais traduzindo-os a uma linguagem que vai guiar o toque durante uma experimentação tátil.

Antes do desenvolvimento da atividade, foi realizada uma consultoria com uma pessoa deficiente visual, com o objetivo de avaliar a audiodescrição e toda a ação proposta. Com base nessa consultoria, alguns aspectos foram reestruturados, visando melhorar a atividade proposta.

ACESSIBILIDADE E TURISMO INCLUSIVO

Pelo fato de não haver consenso e por existirem diversas interpretações para a palavra *acessibilidade*, o presente estudo tem por base a definição apontada pela ABNT, a qual define acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 2).

Desse modo, vale destacar que a promoção da acessibilidade está diretamente relacionada a dois principais aspectos: garantia de segurança e garantia de autonomia. Pode-se dizer, então, que a acessibilidade é efetiva quando as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conseguem usufruir de modo autônomo e seguro quaisquer espaços e atrações que lhes for interessantes. Para uma ação ser acessível, oferecendo segurança e autonomia, é necessário pensar na sua parte estrutural, no ser humano envolvido e que ela seja planejada juntamente com uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, de modo que o conhecimento de seu referencial próprio também seja levado em conta (MORA, 2012). Sarraf (2008, p. 100) defende: “Promover a acessibilidade segundo os parâmetros do Movimento de Inclusão Social é fazer com [a pessoa com deficiência] e não fazer para, pois é nesse detalhe que está o maior risco de perpetuar o assistencialismo e a discriminação”.

Somando-se a isso, a acessibilidade não se apresenta de forma singular. Logo, ela deve ser articulada haja vista suas variadas dimensões, ou seja, devem-se pensar em intervenções que venham a garantir a acessibilidade nos âmbitos arquitetônico, atitudinal, físico, tecnológico, instrumental, informacional e comunicacional.

As ações que buscam garantir condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência estão diretamente relacionadas com a ideia de equiparação, pois, segundo Berquó e Lima (2011, p. 2919), a garantia da acessibilidade está ligada a “dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais”. Esse tratamento diferenciado não está associado a privilégios, mas a oferecer condições condizentes com as peculiaridades de cada indivíduo, visando-se assim à garantia da igualdade.

Pode-se dizer que a trajetória das pessoas com deficiência está marcada pela busca constante do respeito às diversidades. No momento em que a sociedade respeitar as particularidades e características dos sujeitos que a compõem, estará proporcionando um ambiente em que a inclusão poderá ser promovida. De acordo com Berquó e Lima (2011, p. 2919): “A concepção da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade, a fim de garantir o acesso de todos a quaisquer oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social”.

Nesse sentido, Sassaki (2006, p. 171) afirma que a inclusão social é o “processo pelo qual a sociedade e a pessoa com deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades”, tratando-se, portanto, de um processo em que as pessoas com deficiência, ainda excluídas, e a sociedade buscam solucionar problemas a fim de efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Pode-se dizer então que o paradigma da inclusão social consiste em tornar a sociedade um lugar viável para todas as pessoas, independentemente das suas condições, visando à realização de seus direitos, necessidades e potencialidades (BERQUÓ; LIMA, 2011). Nesse contexto a atividade turística, mais especificamente o lazer turístico, passa a ser apontada por diversos estudos como fator motivador da inclusão social das pessoas com deficiência (SASSAKI, 2003; ALMEIDA, 2006; MENDES; PAULA, 2008).

Logo, a atividade turística deve contribuir gradualmente para a “formação de uma nova sociedade inclusiva mais consciencializada para a diferença e para a adaptação dos meios físicos e informativos a favor das pessoas com deficiência” (MARTINS, 2008, p. 3). De acordo com Mora (2012, p. 61), pensar em atividades inclusivas para a pessoa deficiente visual requer que seja pensada “a integração daquele que enxerga com a pessoa cega”. A autora ainda complementa que os detalhes estéticos não podem ser deixados de lado, pois “o fato de uma pessoa não enxergar, não significa que ela não deseja saber sobre cores e outras características meramente visuais” (MORA, 2012, p. 61).

Segundo Viegas D’abreu e Martins (2008), a limitação do deficiente visual não é ocasionada pela visão, mas sim pela falta de oportunidades de vivenciar situações diversificadas. Esse fato ressalta a importância de a atividade turística se apropriar de instrumentos como as maquetes táteis, para que cada vez mais experiências turísticas inclusivas possam ser proporcionadas.

Além disso, o acesso facilitado às atratividades turísticas permite que os integrantes da comunidade local se sintam pertencentes àquele patrimônio e reconheçam que ele faz parte da sua história.

Apesar de vários estudos mencionarem os aspectos positivos do desenvolvimento de práticas turísticas acessíveis não só para as pessoas com algum tipo de deficiência, mas para a sociedade como um todo, verifica-se que no Brasil o turismo inclusivo ainda caminha a passos lentos (FARIA; MOTTA, 2012).

Vale ressaltar que ações isoladas não garantem a acessibilidade. Para que esta possa ser proporcionada de forma efetiva, é necessária a criação de meios, programas e políticas em prol do seu desenvolvimento. Somente quando a acessibilidade for propiciada de modo contínuo é que as barreiras poderão ser eliminadas (SOUZA, 2014).

UTILIZAÇÃO DE MAQUETES TÁTEIS POR PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS PARA O CONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

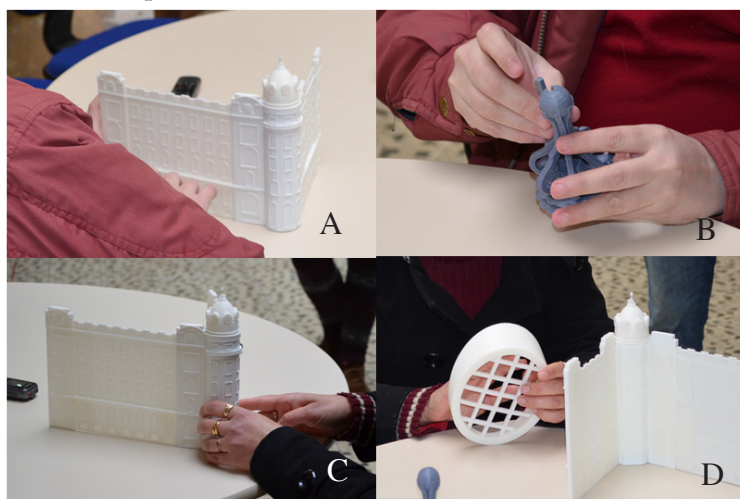
A experiência da deficiência é única para cada indivíduo não só porque a manifestação da doença é única, mas também pelo fato de estar influenciada por uma complexa combinação de fatores pessoais, físicos, sociais e culturais de onde a pessoa vive (GARCÍA; SÁNCHEZ, 2001). Ou seja, cada deficiência se manifesta de forma diferente de pessoa para pessoa.

O participante A é do sexo masculino, 36 anos, tem curso superior incompleto e apresenta deficiência na visão desde criança. Possuía 10% da visão até os 27 anos e atualmente consegue ter apenas alguma sensibilidade à luminosidade, mas não consegue distinguir o formato das coisas. Desse modo, é considerado cego (BERQUÓ; LIMA, 2011). Já a participante B é do sexo feminino, tem 38 anos e o ensino médio completo. A causa da deficiência visual foi o glaucoma, que foi aumentando gradualmente. Hoje, a participante não tem percepção à luminosidade, sendo cega total.

Pelo fato de ambos já terem enxergado, a sua percepção de mundo é diferenciada dos cegos congênitos, pois os dois conseguem assimilar novas informações tendo como base tudo aquilo que já enxergaram. Segundo Martins (2008), em casos de deficiência visual adjacente, a pessoa poderá ter em sua memória registros de imagens e associações de figuras que possivelmente servirão como parâmetros de comparação para o entendimento de uma realidade e/ou de um objeto. Esse aspecto é favorável para a compreensão das maquetes táteis e também para que as pessoas deficientes sejam capazes de criar em seu imaginário a imagem do patrimônio visitado.

Inicialmente, os participantes manusearam a maquete da fachada tendo o acompanhamento da audiodescrição (Figura 3) e, depois, o modelo ampliado da cúpula, seguido pela representação ampliada da janela e por fim do modelo ampliado da coroa, que possui uma peça de encaixe. Essas últimas etapas foram desenvolvidas sem a audiodescrição, mas direcionadas pela audiodescriitora.

Figura 3 – Manuseio das maquetes táteis



Fonte: primária (2016)

Após a experimentação de todas as maquetes táteis (fachada, cúpula, janela e coroa), o participante A destacou que, levando-se em conta que a audiodescrição é para auxiliar a compreensão do objeto, ela deveria indicar mais diretamente onde se deveria encaminhar a mão para identificação das partes das maquetes.

Com esse comentário, constatou-se que a audiodescrição deve explicar de maneira clara a localização dos detalhes. Como o participante A sugeriu, ela deveria utilizar termos mais objetivos quanto ao direcionamento do tato para encontrar os detalhes. Outro aspecto a ser observado é que a cada nova informação deveria ser feita uma pausa, para que a pessoa com deficiência visual pudesse sentir com tranquilidade todos os detalhes da composição e da forma do aspecto citado.

Além disso, o fato de ter sido necessário que a audiodescritora conduzisse o toque dos participantes até a platibanda e os frontões para que eles entendessem do que se tratava mostra que é necessário melhorar alguns aspectos para que a experiência proporcione autonomia ao visitante que pretende conhecer um patrimônio histórico por meio dessas ferramentas. Uma possibilidade de proporcionar autonomia a um visitante que não dispõe de um guia para conhecer e experimentar as maquetes táteis é posicionar todas as maquetes em forma sequencial e a audiodescrição fazer o seu encaminhamento.

A participante B conseguiu compreender o que representavam as partes ampliadas da cúpula. Como ela mesma disse: *“Ficou bem detalhado”*. Nesse sentido, Neves (2009, p. 185) afirma: “No caso de uma pessoa cega, mais do que complementar o olhar, manusear uma peça poderá significar mesmo ‘ver’ essa peça”, tanto que em vários momentos os participantes utilizaram as expressões *“ver”*, *“vimos”*.

Depois de ambos os participantes terem tido acesso às maquetes táteis e à audiodescrição, o que possibilitou o entendimento quanto à forma e à dimensão do edifício, foi realizada a mediação de fatos históricos e curiosos sobre o Grande Hotel de Pelotas, como a inauguração, os usos do hotel, entre outras informações. Os aspectos históricos e as curiosidades são importantes de serem mencionados, pois, com base nessas informações, o patrimônio também é valorizado. Esse aspecto foi ressaltado na consultoria realizada com uma pessoa deficiente visual, antes da realização da ação.

Posteriormente, foram descritas informações mais técnicas referentes ao estilo arquitetônico do prédio, sobretudo da composição das suas fachadas. Para tanto, foi utilizada a maquete das fachadas, e o tato dos participantes foi sendo conduzido durante a explicação.

Observou-se que é necessário traduzir as informações técnicas a respeito da arquitetura do prédio, usando termos simples e facilmente compreensíveis a todos os visitantes, independentemente do seu nível de formação, para que tais dados não se tornem cansativos nem pouco informativos, pois, como o consultor mencionou, termos de vocabulário desconhecidos não colaboram para a construção da imagem.

A etapa seguinte foi a visita ao interior e ao exterior do prédio (Figura 4). Primeiramente foi realizada a visita à parte interna, a qual se limitou ao contorno do grande *hall*. Durante esse contorno, os detalhes dos usos dados ao prédio e o que era cada ambiente foram lembrados. Os participantes tocaram as paredes, para sentir a textura delas, e as portas, para compreender o detalhe dos vidros retangulares e o ornamento em relevo na parte de madeira situada na extremidade inferior da porta. Com essa ação, puderam compreender e experimentar a dimensão do espaço em que eles estavam. Além disso, tocaram em alguns detalhes das paredes, chamados de rusticações, que imitam o desenho de um grande bloco de pedra. Durante a visita ao exterior do prédio, tiveram noção da dimensão das gateiras, da extensão das fachadas, da altura do porão e das rusticações presentes.

Figura 4 – Visitação à parte interna e à parte externa do Grande Hotel de Pelotas

A

B

Fonte: primária (2016)

Um fator importante para o entendimento do patrimônio visitado é a possibilidade de conhecer-se a textura desse patrimônio, levando-se em conta que esta é essencial para a compreensão por meio do tato. Pela pele, a pessoa deficiente visual desenvolve sua criatividade e seu senso estético, formando conceitos e imagens de coisas que ela não é capaz de enxergar. Entre as pessoas cegas, a imagem é substituída pela percepção tátil.

Outro fator significativo é o fato de a maquete tátil estar no local que representa, pois permite escutar os sons característicos do ambiente, criando uma imagem não só da edificação, mas também do espaço que a circunda, e também sentir os cheiros, como o dos porões que normalmente existem nos prédios históricos. Os sentidos audição e olfato são bem desenvolvidos em pessoas cegas.

Na avaliação dos participantes, ficou clara a importância que o uso das maquetes táteis teve para que eles conseguissem entender a dimensão do edifício em questão e, assim, criassem uma imagem do que é o Grande Hotel de Pelotas. Segundo a participante B, “*ficou bem detalhada na maquete cada partezinha e depois a gente pôde perceber a dimensão de cada uma*”. A fala demonstra que o uso de maquetes táteis possibilita um conhecimento muito mais rico do patrimônio se comparado ao uso apenas da narrativa descritiva.

Além disso, os modelos ampliados da cúpula também chamaram a atenção por propiciarem a compreensão da riqueza dos detalhes. Esses modelos ampliados são um ótimo exemplo de instrumentos que facilitam o entendimento tanto das pessoas com algum tipo de deficiência visual quanto das pessoas normovisuais. Pelo fato de a cúpula estar localizada no ponto mais alto do hotel, é difícil de ser observada pelas pessoas que estão passando pela rua ou até mesmo fazendo uma visita guiada ao prédio histórico.

Analisando a funcionalidade da audiodescrição, verificou-se a clareza dos termos utilizados e das mediações feitas durante a ação, como, por exemplo, cúpula, balcão de balaústres, platibanda. Ambos os participantes conseguiram entender do que se tratava. O participante A, por sua vez, fez um comentário importante a respeito:

É que a gente já enxergou um pouco, né? No caso de um cego total, eu não sei. Aí teria que fazer com alguém cego total, que sempre tenha sido cego total. Porque, tipo, a gente tem algumas vantagens pequenas. Ela já enxergou bem mais, eu já enxerguei um pouco mais. A pessoa que tem, que é totalmente cega às vezes pode não saber exatamente do que se trata (Participante A).

Esse comentário enfatiza as particularidades de cada ocorrência de deficiência. De acordo com Martins (2008), se uma pessoa for cega congênita, as informações passadas a ela deverão levar em consideração que ela nunca enxergou e o método da comparação não poderá ser utilizado no caso dela. Já uma pessoa que apresenta deficiência visual adjacente poderá ter em sua memória registros de imagens e associações de figuras que talvez sirvam como parâmetros de comparação para o entendimento de uma realidade e/ou de um objeto.

Isso demonstra que, se o objetivo da experiência turística for atingir todas as pessoas com deficiência visual, independentemente do seu grau de limitação, de forma equiparada, será necessário melhorar a descrição, sobretudo no que se refere aos aspectos físicos do prédio, sendo necessário traduzir para termos simples os termos da arquitetura. Outra possibilidade para melhorar o entendimento de aspectos arquitetônicos a pessoas com deficiência visual congênita é reproduzir esses detalhes em maquetes táteis separadamente. Ou seja, fazer o desmembramento da maquete principal reproduzindo os principais detalhes em modelos táteis ampliados, como foi feito com a cúpula.

Tendo em vista os aspectos mencionados, para uma atividade ser caracterizada como inclusiva, precisarão ser levadas em conta todas as possíveis especificidades que a limitação de um ou mais sentidos poderão implicar à pessoa visitante. Caso contrário, a ação poderá se tornar sugestiva à segregação em vez de promover a inclusão.

Os participantes consideram que a sequência da visita – conhecer o modelo tátil com a audiodescrição para depois conhecer os aspectos históricos e, por fim, realizar a visita ao edifício – possibilita que eles tenham, inicialmente, o conhecimento do todo, por meio da maquete tátil e da audiodescrição, para depois conseguir assimilar as particularidades históricas e os usos dados aos espaços e, posteriormente, realizar a visita. A participante B disse: *“Porque aí a gente teria como perceber ali [na maquete], pra depois visitar”*.

Nenhum dos participantes é cego congênito, o que possibilita o entendimento de algumas características do prédio ou termos arquitetônicos, como claraboia e cúpula, porém, caso o visitante seja cego total, ele vai necessitar de mais informações para conseguir compreender o que está sendo apresentado. Martins (2008) afirma que uma pessoa que possui deficiência visual de nascença aprendeu a adaptar-se às suas limitações e desde cedo precisou recorrer a outros sentidos para obter informações a respeito do meio exterior no qual estava inserida. Já uma pessoa que adquiriu a deficiência tardiamente precisará efetuar um reaprendizado dos seus sentidos para adaptar-se às novas condições. Ou seja, pessoas que já tenham enxergado conseguem assimilar mais facilmente novos objetos e formas levando em consideração aquilo que já conhecem e já tiveram a oportunidade de enxergar. No caso de pessoas que nunca tenham enxergado, a construção da imagem de um objeto novo requer muito mais detalhes e explicações.

Dessa forma, observou-se que a maquete tátil e a audiodescrição são ferramentas que se complementam e que por intermédio delas é possível chegar a um resultado bem interessante no que diz respeito ao entendimento de um prédio histórico por pessoas com deficiência visual. Faz-se importante lembrar o comentário feito pelo consultor da audiodescrição quanto à dificuldade de uma pessoa cega conseguir entender coisas que não podem ser tocadas na sua totalidade; é ainda mais complexo quando o objeto em questão consiste em um prédio histórico.

Com base nos depoimentos dos participantes, constatou-se que uma experiência turística cuja finalidade é a inclusão e que seja funcional a uma pessoa com deficiência visual precisa ser minimamente articulada e todas as partes têm de ser muito detalhadas, porém não se deve exagerar na quantidade de informações transmitidas em cada momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se concluir, com a experiência turística analisada, que o uso de maquetes táteis acompanhadas de audiodescrição possibilita que pessoas com deficiência visual tenham acesso às informações de maneira completa. Experiências multissensoriais oportunizam a criação de uma imagem detalhada, chegando-se a informações muito próximas daquelas captadas pelo olho. Dessa forma, esses instrumentos auxiliam o acesso ao conhecimento de exemplares de patrimônios arquitetônicos edificados para as pessoas com deficiência visual.

As experiências multissensoriais são fundamentais para promover a acessibilidade e a inclusão social, garantindo o acesso aos direitos sociais, como a educação, o lazer e a cultura, pois consistem em ações que visam proporcionar ao deficiente visual as mesmas oportunidades de uma pessoa com visão normal.

A singularidade das deficiências impossibilita a padronização dos serviços turísticos que visam à inclusão, revelando sua complexidade, pois, como a deficiência ocorre de forma única, os serviços prestados também necessitam ser personalizados.

O Ministério do Turismo afirma que, para que ocorra a promoção do turismo acessível, são necessárias condições e possibilidades para o acesso a todas as edificações e equipamentos de interesse turístico e a sua utilização, de maneira que se garantam a segurança e a autonomia às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009). A experiência tátil é um recurso que oportuniza acessibilidade para um grupo específico, pois permite que os não videntes compreendam conjuntos de paisagens e edificações que só seriam entendidos por meio da visão.

Embora se verifique na atualidade um movimento em prol da acessibilidade, constata-se um pequeno número de exemplos e de ações que utilizam maquetes táteis para o conhecimento do patrimônio cultural edificado. Os resultados desta pesquisa demonstram a importância do uso dessas maquetes para o conhecimento do patrimônio cultural edificado por pessoas com deficiência visual. Desse modo, considera-se importante o desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem o acesso ao conhecimento do patrimônio cultural edificado, com a utilização de maquetes táteis, visando, assim, a uma atividade turística inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. Comunidade surda e o turismo de responsabilidade social: um olhar sobre as diferenças. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, Caxias do Sul, 4., 2006. **Anais** [...]. Caxias do Sul: Semintur, 2006. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT15-4.pdf. Acesso em: 21 fev. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050/2015:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf. Acesso em: 14 nov. 2015.

BERQUÓ, Ana Fátima; LIMA, Diana Farjalla Correia. Informação especial no museu – acessibilidade: a inclusão social da pessoa com deficiência visual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Brasília, 12., 2011. **Anais** [...]. Brasília: Enancib, 2011.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível**: introdução a uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. v. 1. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha-1Verde.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015.

FARIA, Marina Dias de; MOTTA, Paulo César. Pessoas com deficiência visual: barreiras para o lazer turístico. **Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, p. 691-717, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/52440/56434>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GARCÍA, Carlos Egea; SÁNCHEZ, Alicia Sarabia. Clasificaciones de la OMS sobre discapacidad. **Boletín del Real Patronato sobre Discapacidad**, n. 50, p. 15-30, 2001. Disponível em: http://sid.usal.es/idocs/F8/ART6594/clasificacion_oms.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

MARTINS, Patrícia Isabel Sousa Roque. **A inclusão pela arte**: museus e públicos com deficiência visual. Dissertação (Mestrado em Museologia e Museografia) – Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/647>. Acesso em: 15 out. 2015.

MENDES, Bruna C.; PAULA, Morcerf de. A hospitalidade, o turismo e a inclusão social para cadeirantes. **Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 329-343, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14157/15975>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MORA, Adriana Bolaños. **Design inclusivo centrado no usuário**: diretrizes para ações de inclusão de pessoas cegas em museus. Dissertação (Mestrado em Design) – Faculdade de Arquitetura, Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/75770>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 11-12.

NEVES, Josélia. Comunicação multi-sensorial em contexto museológico. In: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA, 1., 2009. **Atas [...]**. 2009. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8195.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

QUEIROZ, Virginia Magliano; ONO, Rosaria. A experiência de uma pessoa com deficiência visual em local desconhecido: o papel da maquete tátil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., 2015. **Anais [...]**. SBQP, 2015. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6026>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil (1870-1931)**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do museu:** políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008-142728/publico/reabilitacaomuseu.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão no lazer e turismo:** em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

SILVA, Terezinha de J. P. da; SANTOS, Severino P. dos; PAASHAUS NETO, Augusto E. As contribuições das maquetes táteis na educação patrimonial dos museus. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUZA, Mayra Gusman de. **Sentir para ver:** levantamento da produção acadêmica sobre experiência multissensorial nos museus. Monografia (Graduação em Museologia) – Faculdade de Ciências da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8408/1/2014_MayraGusmandeSouza.pdf. Acesso em: 11 nov. 2015.

VIEGAS D'ABREU, João Vilhete; MARTINS, Renato José. Implementação e utilização de maquete tátil sonora por pessoas cegas. **Avances en Sistemas e Informática**, v. 5, n. 2, p. 115-119, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1331/133115027016.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.